

NOTA DE POSICIONAMENTO Nº 1/2025

Apresentação de pontos de reflexão para a fase final de construção do Plano Nacional da Sociobioeconomia

Realização: Observatório das Economias da Sociobiodiversidade - ÓSocioBio

Resumo: O Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio) apresenta esta Nota de Posicionamento com o objetivo de contribuir para a fase final de elaboração do Plano Nacional da Sociobioeconomia. O documento reforça a importância de garantir um processo participativo, com transparência, metas claras e integração de políticas públicas, valorizando as cadeias produtivas sustentáveis e os modos de vida de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. O Plano representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a sociobiodiversidade e promover uma transição ecológica justa, inclusiva e alinhada aos compromissos internacionais do Brasil.

O Plano Nacional da Sociobioeconomia, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar e pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, está em processo de elaboração desde março de 2024. O objetivo principal é estabelecer diretrizes e ações que promovam desenvolvimento econômico sustentável, alinhado à conservação da biodiversidade e ao uso responsável dos recursos naturais, em todos os biomas brasileiros.

Uma série de eventos chamados “Diálogos do Plano Nacional da Sociobioeconomia”, realizados com representantes de todos os biomas do Brasil, envolveram diferentes setores da sociedade, incluindo representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, especialistas acadêmicos, ONGs e o setor privado. Esses encontros buscaram garantir a participação ampla e inclusiva, levando em consideração as diversas perspectivas sobre a sociobioeconomia.

As organizações que integram o Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio) engajaram-se ativamente no processo de construção do Plano Nacional da Sociobioeconomia, com representantes da rede presentes em todos os eventos. A participação reforça o compromisso do ÓSocioBio em apoiar o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à valorização das economias sustentáveis e à inclusão socioprodutiva de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O ÓSocioBio reconhece o esforço realizado pelo Governo Federal, entendendo que o Plano representa uma oportunidade estratégica para fortalecer as economias da sociobiodiversidade nos territórios. Para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, setores historicamente vulneráveis e com acesso limitado a políticas públicas, é preciso sempre lembrar que eles e elas são, na verdade, os grandes responsáveis pela preservação da biodiversidade e pela manutenção dos serviços ecossistêmicos em diversas regiões e áreas conservadas do país.

Por meio do fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, o Plano poderá contribuir diretamente para o alcance dos compromissos internacionais do Brasil, em relação à mitigação dos impactos das mudanças do clima e para a conservação da biodiversidade, aliado ao combate à fome e à insegurança alimentar. Estimular o desenvolvimento econômico com equidade e respeito aos conhecimentos tradicionais e aos modos de vida associados à biodiversidade exigirá um olhar integrado para as políticas e, sobretudo, a construção de sinergias entre áreas com visões e propósitos pouco convergentes, dentro de um governo de coalizão ampla e, por vezes, desafiadora.

O Plano Nacional da Sociobioeconomia representa um avanço significativo no reconhecimento e valorização das economias da sociobiodiversidade, fundamentais para a conservação dos

territórios e dos serviços ecossistêmicos. É fundamental que o plano mantenha um olhar atento e diferenciado sobre essas economias, assegurando que não sejam diluídas em abordagens genéricas da bioeconomia, ou sejam orientadas apenas por interesses mercadológicos, que buscam o esverdeamento de modelos de negócios, em detrimento dos valores socioculturais e ambientais.

O sucesso desse esforço coletivo dependerá da capacidade de integrar políticas públicas que respeitem os saberes tradicionais, promovam justiça social e garantam a inclusão produtiva de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Este é o caminho para consolidar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, capaz de fortalecer a resiliência dos territórios, proteger a biodiversidade e contribuir para um futuro descarbonizado, alinhado às aspirações do Plano de Transformação Ecológica. O compromisso e a responsabilidade de todos os atores envolvidos serão essenciais para assegurar que o Plano cumpra seu potencial estratégico e promova uma transição justa e inclusiva.

Neste sentido, esta Nota de Posicionamento busca contribuir no processo de elaboração do Plano, com as seguintes sugestões:

Estrutura interministerial e colaboração

A execução do Plano Nacional de Sociobioeconomia deve ocorrer por meio de uma articulação integrada entre os ministérios responsáveis, permitindo um trabalho coordenado que potencialize os recursos e o conhecimento técnico disponíveis. Essa colaboração entre diferentes ministérios é essencial para implementar políticas públicas que favoreçam o acesso ao mercado, o fortalecimento das cadeias produtivas e a inclusão social, garantindo que as ações sejam aplicadas com eficácia e coerência. Em primeiro lugar, é fundamental para evitar incentivos perversos, tais como subsídios e incentivos fiscais a atividades insustentáveis (agropecuária, mineração, petróleo e gás), políticas de crédito e financiamento desiguais, a flexibilização de normas ambientais, que aumentam pressões sobre territórios e direitos socioambientais.

Sinergia com Políticas e Planos governamentais

Para ampliar o alcance das ações, o Plano Nacional de Sociobioeconomia deve estabelecer sinergias com iniciativas governamentais voltadas para a bioeconomia e o uso sustentável da biodiversidade. A integração com políticas como o PPCDAm, Planaveg, Plano Nacional sobre Mudança do Clima, Plano de Transformação Ecológica, EPANB, PPCerrado, Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Planapo e o Programa BioRegio, entre outros, cria uma base coesa, otimiza recursos e intensifica o impacto positivo na proteção da biodiversidade e no fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Além disso, o Plano Nacional de Sociobioeconomia precisa ser visto como a continuidade de um processo iniciado em 2009 com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade¹. Este histórico não pode ser ignorado, pois as experiências e aprendizados acumulados ao longo dos anos devem servir de base para avançar com novas propostas. Desconsiderar esse legado compromete

a coerência e o progresso das ações em prol da sociobiodiversidade.

Acesso às Políticas nos Territórios

É preciso garantir que os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares consigam acessar as políticas² nos seus territórios de forma desburocratizada, com mecanismos de suporte adequados e adaptados às suas realidades. Agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais frequentemente enfrentam barreiras para acessar políticas públicas e linhas de crédito diferenciadas, enquanto grandes produtores de commodities têm facilidades financeiras. A ausência de financiamento adequado para cadeias produtivas sustentáveis enfraquece o potencial socioeconômico desses grupos e aumentam a desigualdade nas cadeias de valor, com mercados concentrados e assimetria de poder. A concentração de poder econômico em grandes empresas e intermediários pode gerar condições comerciais injustas para agroextrativistas e pequenos produtores de cadeias sustentáveis, comprometendo a viabilidade econômica da sociobioeconomia. A superação desses entraves inicia-se pela simplificação no acesso a políticas e créditos.

Definição de metas e transparência

A apresentação de metas claras, resultados esperados e uma estimativa orçamentária detalhada na minuta do Plano Nacional de Sociobioeconomia é fundamental para o sucesso das ações. O Plano permite maior transparência e facilita o monitoramento e avaliação das ações ao longo do tempo. Metas bem estabelecidas auxiliam no alinhamento dos atores envolvidos e promovem o engajamento de parceiros estratégicos, sejam públicos ou privados.

Discussão sobre fontes de financiamento e sustentabilidade das ações

Um elemento fundamental para a implementação eficaz do Plano é a definição de fontes de financiamento claras e sustentáveis. É essencial que o documento explicita as alocações financeiras previstas e identifique possíveis fontes complementares, como investimentos privados, parcerias internacionais e mecanismos financeiros inovadores. Esses recursos são importantes para assegurar a continuidade das atividades propostas, incentivar a economia de base comunitária e promover o uso sustentável da biodiversidade.

Publicação dos resultados das oficinas realizadas

A publicação dos resultados das oficinas realizadas para a construção do Plano é fundamental para garantir o nivelamento das informações entre os participantes, assegurando transparência e alinhamento quanto às contribuições feitas. Além disso, essa divulgação respalda e valoriza o envolvimento de todos e todas que estiveram presentes, reconhecendo suas vozes e

1 Portaria Interministerial Nº 239/2009

2 Principalmente as políticas de compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Pagamento de Garantia de Preço Mínimo da Sociobiodiversidade - PGPMBio e o Crédito.

fortalecendo o caráter participativo do processo. Dessa forma, reafirma-se o compromisso com a construção coletiva, promovendo a legitimidade das decisões e ampliando o engajamento na implementação das diretrizes definidas. A sociedade civil aguarda a sistematização dos resultados das cinco oficinas realizadas e dos materiais coletados, antes da realização da consulta pública e da oficina nacional de consolidação das propostas, garantindo que todas as contribuições sejam devidamente consideradas no avanço do plano.

Publicação Antecipada da Minuta do Plano

É aconselhável que a minuta do Plano seja disponibilizada à sociedade com antecedência, em tempo hábil à preparação para a consulta pública e antes da realização da Oficina Nacional, com o objetivo de qualificar a participação e contribuições nas revisões do documento final. A confirmação das datas para a realização da Oficina Nacional e da Consulta Pública é válido que sejam divulgadas também com antecedência, visando igualmente facilitar a participação social, uma vez que os prazos e cronogramas previamente estabelecidos já foram comprometidos. A definição dessas datas é essencial para garantir a ampla presença, o engajamento e o alinhamento necessário para a consolidação do Plano Nacional da Sociobioeconomia.

Conclusão

O Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio) reitera seu compromisso com o processo de construção do Plano Nacional da Sociobioeconomia e se coloca à disposição para colaborar ativamente em todas as etapas deste importante trabalho. Reconhecemos o esforço coletivo realizado até aqui e a relevância estratégica do Plano para fortalecer as economias da sociobiodiversidade e promover a inclusão produtiva de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

É fundamental manter um olhar atento e crítico sobre possíveis incentivos perversos em políticas públicas setoriais que possam minar os propósitos do Plano. Subsídios a atividades insustentáveis, políticas de crédito desiguais e normas ambientais flexibilizadas podem comprometer não apenas a integridade dos territórios e a conservação da biodiversidade, mas também a própria viabilidade das cadeias produtivas sustentáveis que o Plano busca fortalecer.

Acreditamos que o sucesso dessa iniciativa dependerá do alinhamento consistente entre as políticas públicas, do respeito aos saberes tradicionais e da construção de mecanismos que promovam justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico inclusivo. É imprescindível que o Plano avance com transparência, metas claras e uma governança participativa, garantindo que os interesses daqueles que preservam e manejam a sociobiodiversidade estejam no centro das decisões.

O ÓSocioBio reforça sua convicção de que, com diálogo contínuo, responsabilidade compartilhada e compromisso político, será possível consolidar um Plano Nacional da Sociobioecono-

mia robusto, eficaz e alinhado aos princípios da sustentabilidade e da justiça socioambiental. Juntos, podemos construir um futuro em que as economias da sociobiodiversidade sejam reconhecidas e valorizadas como pilares de um Brasil mais justo, resiliente e ambientalmente equilibrado.